

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A ACESSIBILIDADE DO MUNICÍPIO DE OLINDA REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2017, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às 10:00h do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a Acessibilidade do município de Olinda. **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** O Presidente explicou que a Mesa Diretora ficaria no mesmo plano das pessoas presentes nesta reunião pelo fato de que o acesso à Mesa não tem as condições de acessibilidade. O Presidente revelou que existe um processo licitatório aberto para a instalação de um elevador para esta Casa, bem como um projeto básico de renovação das questões relativas à acessibilidade. A Mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: Ricardo Sousa (vereador e autor do pedido desta audiência), Izabel Urquiza (representante do Ministério das Cidades), Alexandre Nápoles (advogado e gerente da Secretaria da Criança e do Adolescente do Recife), Mosana Cavalcanti (consultora de acessibilidade), Valéria Cavalcanti (representante de todos os engenheiros e arquitetos do município de Olinda), Rode Santos (coordenadora da Fundação Altino Ventura), Gesiel Bezerra (representante da Superintendência Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência), Valdemar Coelho (representante do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência) e Neide Cirne (representante da Secretaria de Obras de Olinda). O Presidente convidou o vereador Ricardo Sousa para fazer a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada: Salmos 150. Foram registradas as presenças dos vereadores João Pé no Chão, Neto da Beira Rio, Graça Fonseca e Algério. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Ricardo Sousa. Ricardo fez a justificativa do pedido desta audiência, explicando que Olinda é uma cidade histórica, com construções antigas que não atendem às exigências de inclusão social e acessibilidade. Reforçou que as leis relativas ao tema precisam ser cumpridas, a exemplo da Lei de Acessibilidade (Lei nº 13.146/2015), que criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ele promoveu uma reflexão acerca do real significado de Inclusão Social e também do de Acessibilidade. Destacou que essa é a primeira audiência pública relacionada à Pessoa com Deficiência no município de Olinda. Perguntou aos representantes do Poder Executivo como este Poder fará para garantir a inclusão da pessoa com deficiência do acesso às repartições públicas e também nas novas obras. Sugeriu fazer um projeto de lei, caso não já exista, sobre a redução da jornada de trabalho para os acompanhantes das pessoas com deficiência do município de Olinda. Mostrou slides contendo fotos e vídeos que representam situações irregulares relativas às questões de acessibilidade. Registrou a crítica, feita por um cadeirante que estava na plateia, relativa à questão da dificuldade para encontrar vagas especiais de estacionamento nos arredores desta Casa. Com a palavra o representante da ONG estadual Deficiente Eficiente, Alex. Ele perguntou por quanto tempo o Poder Público irá virar as costas para a acessibilidade no município de Olinda. Registradas as presenças dos vereadores Jesuíno Araújo e Irmão Biá; da Adriana Limons (representante da Secretaria de Transporte e Trânsito de Olinda) e Marco Aurélio (representante da Secretaria de Meio Ambiente). O Presidente concedeu a palavra à representante do Ministério das Cidades, Izabel Urquiza. Izabel destacou que, na questão da habitação, segundo as regras do Minha Casa, Minha Vida, são prioridades nacionais vagas reservadas para pessoas com deficiência, mulheres chefes de família e pessoas com filhos que têm microcefalias ou qualquer outra deficiência. Falou que a Secretaria tem a expectativa de entregar, ainda este ano, o Vila Brasil, Peixinhos 1 e Peixinhos 2. O Presidente concedeu a palavra a Mosana Cavalcanti, consultora de acessibilidade. Mosana conceituou a Gestão Pública como sendo o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos e, em sentido operacional, como o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado e Município ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Destacou que os bens culturais imóveis não estão dispensados de cumprir as exigências legais quanto à acessibilidade, apenas as soluções destinadas à eliminação, redução ou remoção de barreiras arquitetônicas devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução normativa nº1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Nacional – IPHAN, de 25.11.03. No tocante ao turismo, salientou as principais funções da Secretaria: 1) Democratizar e propiciar o acesso ao turismo, contemplando todos os segmentos, contribuindo para o bem estar da população; 2) Gerar diretrizes para o planejamento das atividades, trazendo benefícios gerais; 3) Adequar o nosso destino turístico para receber todos os turistas, em especial, aqueles com deficiências e mobilidade reduzida e 4) Garantir a acessibilidade a todos, independente das suas diferenças. Mostrou slides contendo fotos que representam situações irregulares relativas às questões de acessibilidade. Criticou a falta de táxis especializados para pessoas com deficiência na Região Metropolitana do Recife e também criticou o desrespeito das pessoas, por não respeitarem a sinalização com relação às vagas especiais de automóveis para deficientes. Apresentou o Projeto Sem Barreiras, que é um projeto de acessibilidade nas praias pernambucanas que tem como objetivo principal criar uma rota acessível ao longo da praia, para que o público com deficiência ou com mobilidade reduzida possa exercer o direito de ir e vir, tendo o acesso ao banho de mar, sendo o espaço mais democrático. Com a palavra a vereadora Graça Fonseca. Graça explicou que esse projeto, infelizmente, foi desativado em Olinda porque a gestão não cumpriu as obrigações que faziam parte do convênio. Afirmou que irá continuar lutando para a reimplantação desse projeto em Olinda. O Presidente concedeu a palavra a Alexandre Nápoles, advogado e gerente da Secretaria da Criança e do Adolescente do Recife. Alexandre afirmou que, com relação aos taxis, não basta apenas que tenhamos carros adaptados, mas também deve haver uma mudança de atitude do taxista com relação às questões de acessibilidade. Lembrou que o Estatuto obriga que 10% da frota de taxi seja acessível. Também lembrou que 10% das concessões para os motoristas devem ser para motoristas que são pessoas com deficiências. Reforçou a importância de que as escolas tenham intérpretes e auxiliares para as pessoas com deficiência poderem estudar com autonomia e consigam acessar esse direito. Lembrou que as empresas de plano de saúde não podem cobrar valor adicional pelo fato de estar atendendo uma pessoa com deficiência. O vereador Jorge Federal lembrou que apresentou cerca de 100 Projetos de Lei entre 2015 e 2016 vinculados aos direitos da pessoa com deficiência bem como aos da causa animal. Criticou a falta da autonomia das Câmaras Municipais por todo o Brasil, tendo em vista que o princípio da iniciativa, imposto pela Constituição, faz com que as Casas Legislativas não consigam alcançar integralmente as necessidades da sociedade. Reclamou da falta de comunicação do Poder Executivo com o Poder Legislativo. Sugeriu que os direitos sociais e os da pessoa com deficiência sejam plenamente contemplados na Lei Orçamentária. O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça lembrou que as leis relativas à acessibilidade já existem e o que falta é a fiscalização dos órgãos competentes e da sociedade. Ressaltou a importância do engajamento do próprio cidadão na luta por melhorias para a cidade. O Presidente concedeu a palavra a Valéria Cavalcanti. Valéria firmou o compromisso de que o grupo de engenheiros e arquitetos, criado pela lei que foi aprovada por essa Casa, terá o maior prazer de se unir e projetar um prédio acessível para a Câmara Municipal de Olinda. Fez uma apresentação em slides com o tema 'Acessibilidade no Sítio Histórico de Olinda – Um desafio para os novos tempos'. **O vereador Ricardo Sousa assumiu a presidência da audiência neste momento.** Valéria Cavalcanti, na sua apresentação em slides, destacou a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que determina em seu art. 1º: "É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.". Ainda segundo a Lei nº 13.146/2015, o seu art. 3º conceitua o termo Acessibilidade como: "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida." O Presidente concedeu a palavra a Rode Santos, coordenadora da Fundação Altino Ventura. Rode disse que está sendo feito um projeto para trazer uma unidade da FAV para Olinda. O Presidente concedeu a palavra

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

a Gesiel Bezerra, representante da Superintendência Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência. Gesiel criticou a ausência de acessibilidade nas secretarias municipais de Olinda, bem como em todo o município. Ressaltou a importância de se criar um Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência para poder garantir os direitos relativos a essas pessoas. Propôs que a Câmara Municipal de Olinda tivesse uma Comissão da Pessoa com Deficiência. O Presidente concedeu a palavra a Alex Ramalho. Alex criticou a falta de cumprimento, por parte das autoridades competentes, das promessas de resolução dos problemas relativos à acessibilidade. Ele cobrou uma maior fiscalização dos órgãos competentes no tocante às questões das vagas reservadas para deficientes nos transportes públicos e outros espaços públicos. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. Jesuíno sugeriu que a Prefeitura fizesse um novo levantamento do quantitativo das pessoas com algum tipo de deficiência na cidade de Olinda. Perguntou como anda a sugestão, que ele havia encaminhado, para que a Prefeitura montasse um núcleo com todas essas as secretarias competentes e esse núcleo entrasse em contato com essas pessoas que têm algum tipo de deficiência e visse o que elas estão precisando. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Luís Fernando. Luís perguntou a Valéria por que existe a dificuldade de se fazer uma rampa acessível. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Alex Ramalho. Alex colocou a ONG Deficiente Eficiente completamente à disposição do vereador Ricardo Sousa para o que for preciso. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Gilson Diniz. Gilson revelou que já foi feito a minuta do Conselho Municipal e mandado o documento para a Prefeitura. Destacou o Projeto do Abraço Inclusivo, com alunos das escolas inclusivas (cerca de 800 alunos com deficiência). Pediu para que as pessoas que estão nessa luta formalizassem as entidades para elas poderem fazer parte do Conselho. Registrada a presença do vereador Vlademir Labanca. O Presidente concedeu a palavra a Ferreira, funcionário da Casa. Ferreira perguntou se existe um corpo de professores-itinerantes para atender pessoas com necessidades especiais, dentro do âmbito da Secretaria de Educação, no município de Olinda. Perguntou também qual o Programa de Qualificação que se tem em relação ao Portador de Necessidades Especiais. Lançou um desafio aos 17 vereadores da Casa para tentarem propor o Centro de Reabilitação para os Portadores de Necessidades Especiais. O Presidente concedeu a palavra à representante da Secretaria de Obras de Olinda, Neide Cirne. Neide respondeu a pergunta de Luís Fernando, destacando a necessidade de fiscalização na execução de uma obra e lembrou que nem sempre a execução de um projeto está de acordo com o próprio projeto. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. Labanca informou do projeto de lei de sua autoria que garante o acesso gratuito ao deficiente nos eventos socioculturais no município de Olinda. Também falou sobre outro projeto importante de sua autoria que está tramitando na Casa, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de cadeiras de rodas às pessoas portadoras de deficiência e idosos, em agências bancárias e supermercados no Município de Olinda. O vereador Ricardo Sousa agradeceu a presença de todos os presentes na audiência. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pela Presidente e pelo Secretário.



JORGE FEDERAL - Presidente

RICARDO SOUSA - Secretário